

**ENTRE A CRISE E AS REDEFINIÇÕES
POLÍTICAS: A ASCENSÃO DA EXTREMA
DIREITA NO BRASIL E SUAS ARTICULAÇÕES
COM OS ESTADOS UNIDOS**

*ENTRE LA CRISIS Y LAS REDEFINICIONES
POLÍTICAS: EL AUGE DE LA EXTREMA
DERECHA EN BRASIL Y SUS VÍNCULOS
CON ESTADOS UNIDOS*

Rafaela IUNOVICH KÖNIG¹

Fecha de recepción: 17/03/2026

Fecha de aceptación: 15/06/2026

1 Mestranda em Relações Internacionais no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: konigrafaela@gmail.com. Esse artigo integra parte da dissertação de mestrado a ser apresentada pela autora.

RESUMO

Segundo Beyme (1988) e Mudde (2022), desde 1945 a extrema direita se reorganiza em ondas sucessivas. No século XXI, emerge a quarta onda, marcada pela centralidade das redes sociais, transnacionalização cultural e crise do neoliberalismo (Brown, 2019; Harvey, 2017). A partir da trajetória político-econômica brasileira, observa-se a influência dos Estados Unidos na formação social do Brasil, considerando sua condição subimperialista (Luce, 2018; Marini, 2000). Examina-se os mecanismos ideológicos e culturais que sustentam a convergência entre as extremas direitas brasileira e estadunidense, evidenciada pela ascensão dos líderes Donald Trump e Jair Bolsonaro e na circulação digital de agendas conservadoras.

Palavras-chave: extrema direita; crise capitalista; era digital.

RESUMEN

Según Beyme (1988) y Mudde (2022), desde 1945 la extrema derecha se reorganiza en sucesivas oleadas. En el siglo XXI emerge la cuarta, marcada por las redes sociales, la transnacionalización cultural y la crisis del neoliberalismo (Harvey, 2017; Brown, 2019). A partir de la trayectoria político-económica brasileña, se analiza la influencia estadounidense en la formación social del país, considerando su condición subimperialista (Marini, 2000; Luce, 2018). Se examinan los mecanismos ideológicos y culturales que sustentan la convergencia entre las extremas derechas brasileña y estadounidense, evidenciada por Trump y Bolsonaro y por la circulación digital de agendas conservadoras.

Palabras clave: extrema derecha; crisis capitalista; era digital.

Introdução

Na última década, parte das principais economias do mundo passou a compartilhar, dentre outros aspectos, uma característica bastante relevante: a guinada à direita. A ascensão da extrema direita se revela um processo multifatorial e multifacetado, mas que se assemelha particularmente em determinados países, como Estados Unidos e Brasil, cujos caminhos semelhantes conduziram à eleição de Donald Trump e Jair Bolsonaro, respectivamente.

Nessa conjuntura, emerge o seguinte questionamento: como a ascensão da extrema direita no Brasil se articula à influência político-ideológica dos Estados Unidos no contexto da crise do capitalismo contemporâneo?

O presente artigo tem por objetivo analisar a relação de convergência entre Brasil e Estados Unidos e identificar diferentes mecanismos de articulação política, ideológica e cultural que a sustentam. Especificamente, busca-se: (i) discutir a posição do Brasil na dinâmica de dependência e sua articulação com os Estados Unidos, que se reflete nas demais relações que dela se originam; (ii) observar como a crise do capitalismo após 2008 favoreceu a ascensão da extrema direita nestes países, com destaque para as figuras de Trump e Bolsonaro; e (iii) identificar mediações ideológicas e culturais convergentes aliadas à extrema direita.

Trata-se de um ensaio teórico de natureza qualitativa, fundamentado em revisão crítica da literatura sobre as relações de poder entre Brasil e Estados Unidos, a crise do capitalismo contemporâneo e seus desdobramentos políticos. A seleção das fontes privilegiou três corpos teóricos articulados: a Teoria Marxista da Dependência e suas reformulações contemporâneas (Fontes, 2010; Luce, 2018; Marini, 2000); estudos sobre neoliberalismo, crise e nova direita (Brown, 2019; Harvey, 2017; Lynch e Cassimiro, 2022; Mudde, 2022); e formulações sobre subjetivação, hegemonia e meios digitais, com destaque para movimentos sociais orientados pela extrema direita (Fernandes Câmara e Correa Guimarães, 2025; Lacerda, 2019; Mudde, 2022; Pereira e Abrão, 2024). A articulação entre esses campos permite analisar simultaneamente as bases estruturais (eco-

nômico-políticas) e as mediações superestruturais (ideológicas, culturais, digitais) que sustentam a convergência analisada.

A discussão é complementada por dados secundários de pesquisas institucionais (Instituto de Estudos da Religião [ISER], 2024; Ipsos-Ipec, 2025; Fundação Friedrich Ebert, 2025), utilizados de forma ilustrativa para apoiar empiricamente os argumentos, e por menções ilustrativas a conteúdos publicamente acessíveis em plataformas digitais.

O recorte temporal privilegia o período posterior à crise financeira de 2008, considerado marco da reconfiguração do capitalismo contemporâneo e da intensificação das dinâmicas políticas associadas à extrema direita (Brown, 2019; Harvey, 2017; Mudde, 2022), sem desconsiderar, contudo, períodos pretéritos que contextualizam a conjuntura global e doméstica que justificam essa relação na contemporaneidade.

O artigo está organizado em três seções. Inicialmente, discute-se a posição do Brasil na dinâmica de dependência e sua articulação com os Estados; em seguida, analisa-se a relação entre crise do capitalismo e ascensão da extrema direita brasileira; por fim, examinam-se as mediações contemporâneas desse processo, com destaque para movimentos sociais digitais orientados pela extrema direita.

A dimensão econômica e extraeconômica

O Brasil, assim como outros países da América Latina, historicamente se insere em uma dinâmica de dependência marcada por influências externas que moldam sua economia e política. O decurso temporal, no entanto, não foi suficiente para que o Brasil superasse sua condição de parcial dependência, já que as forças empregadas por países hierarquicamente privilegiados criam tentáculos nos países adjacentes (Sá Netto, 2024; Luce, 2018).

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) representa um ponto inicial importante para análise da dimensão do papel dos Estados Unidos no Brasil, bem como sua relação com a intensificação da extrema direita brasileira a partir da consolidação do capitalismo periférico latino-americano, pois avalia a lógica capitalista que tangencia as relações de subordinação entre países centrais e periféricos.

Nessa perspectiva, compreende-se como países centrais aqueles industrialmente avançados, e periféricos os pertencentes à América Latina. Sob ótica da TMD de Marini (2000), na formação embrionária da economia dependente capitalista, as estruturas analisadas perpassam a superexploração da classe trabalhadora e a acumulação de capital.

Como exemplo das relações entre países centrais e periféricos que estruturaram a economia dependente, nações latino-americanas, como o Brasil, exportavam matéria-prima a baixo custo, frequentemente mediante superexploração do trabalho, enquanto os países centrais industrializavam esses insumos e os reexportavam como produtos manufaturados, reproduzindo uma estrutura comercial desigual. Mesmo com as transformações do capitalismo contemporâneo – sobretudo a financeirização –, as relações de dependência não desapareceram; foram, contudo, reconfiguradas.

A atuação dos Estados Unidos é central na construção do capitalismo global no pós-segunda guerra. A Conferência de Bretton Woods (1944) institucionalizou essa centralidade ao criar o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial sob influência estadunidense, além de estabelecer o dólar como moeda-âncora do sistema monetário internacional. Mais do que instituições financeiras, FMI e Banco Mundial operaram como instrumentos de difusão de uma racionalidade econômica específica para os países do Sul Global.

A operacionalização do Consenso de Washington (1989) na América Latina representou uma sistematização de ordens econômicas e políticas de austeridade, com privatizações, redução de políticas sociais e flexibilização trabalhista (Trovo e Cardoso, 2023). A partir desse processo, o Estado deixou de operar como mediador das tensões entre capital e trabalho e passou a atuar como vetor direto da maximização de lucros do capital transnacional.

Gradualmente, portanto, o Estado norte-americano criou condições políticas e jurídicas para a reprodução do capitalismo internacional. As transformações recentes (globalização financeira, novas potências emergentes e mudanças tecnológicas), exigem, para a compreensão das relações desiguais no capitalismo global atual, uma reintegração de novas abordagens teóricas e uma rediscussão contemporânea sobre a posição do Brasil.

Posteriormente, Marini (2000) reformula parcialmente a TMD e cunha o termo subimperialismo avaliando as noções de dependência às novas formas de expansão do capital. A condição de país subimperialista permanece vinculada aos marcos das relações de dependência entre os capitalismos centrais e, agora, dos centros medianos de acumulação, ainda considerados periféricos, reajustada para uma nova realidade de exploração econômica capitalista reverberada em países como o Brasil.

Ao recuperar essa teoria, Mathias Seibel Luce analisa as relações de dominação exercidas pelas potências imperiais no sistema internacional hierarquicamente estruturado, compreendendo o subimperialismo como uma “etapa superior” do capitalismo dependente, do qual emergem contradições próprias à reconfiguração do capitalismo e que conferem determinada autonomia relativa, a qual, todavia, não pode “escapar da dinâmica global imposta pelos grandes centros” (Luce, 2018, p. 48).

Assim como Luce, Virgínia Fontes (2010) reconhece a teoria de Marini como precursora acerca dos estudos das relações de dependência e capitalismo no sistema internacional, mas incorpora novos elementos e lança luz ao termo capital-imperialismo, definido como “expansão de uma forma de capitalismo, já impregnada de imperialismo, mas nascida sob o fantasma atômico e a Guerra Fria” (Fontes, 2010, p. 149).

Segundo Fontes, o conceito de capital-imperialismo resulta da combinação do imperialismo conceituado por Lênin e da hegemonia e luta de classes na compreensão de Gramsci, que se reverbera em um processo de “luta pelo acesso de países retardatários (e de suas burguesias) à condição de países capital-imperialistas”, cujo caminho o Brasil estaria trilhando (Fontes, 2010, p. 14).

À vista disso, o ensaio compreende que a TMD formulou a base dos aportes teóricos que definiram a relação econômica e política dos países latino-americanos no início do capitalismo global relançado pelos Estados Unidos, entendendo, contudo, que a condição do Brasil enquanto país capitalista estritamente periférico não mais subsiste, dado aos processos de transformação da dinâmica capitalista global nas últimas décadas.

Em uma sociedade capitalista, o desempenho econômico constitui elemento central na definição das relações de força entre os países. A

contextualização da economia brasileira precede – e é imprescindível – à análise dos discursos ideológicos originários dela. A partir desta estrutura econômica na qual se insere o Brasil, emerge a superestrutura das relações sociais, políticas e ideológicas que dela decorrem.

A particularidade do Brasil enquanto país subimperialista não se restringe à sua inserção econômica no sistema internacional, mas se projeta também sobre outras esferas da vida social, na medida em que o país tende a incorporar matrizes ideológicas oriundas das potências centrais, ao mesmo tempo em que atua como agente de difusão e rearticulação dessas agendas em seu próprio contexto interno.

Ainda que o Brasil tenha, ao menos parcialmente, superado a condição de uma economia capitalista exclusivamente dependente, a estruturação da sociedade civil brasileira está arraigada a uma construção pautada em aparatos impostos pelas relações de força exercidas pelos Estados Unidos. Com efeito, a noção de hegemonia para Antonio Gramsci – que também aparece em Fontes (2010), contribui para entender de que modo as relações de poder entre nações se constroem para além da coerção direta ou puramente econômica.

A hegemonia do ponto de vista gramsciano pode ser interpretada como uma convergência entre aspectos “nacionais” e “internacionais”, definidos por forças sociais e políticas específicas, alinhadas a uma mesma direção particular ideológica, econômica e política, conjuntamente ou não. Para Gramsci (1971, p. 350), “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação educativa e ocorre não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas no campo internacional e mundial, entre complexos de civilizações nacionais e continentais”.

Uma nação próspera e influente exerce seu poder no cenário internacional através da exportação de ideologias disseminadas em organizações sociais não vinculadas diretamente à administração pública, que remodelam as orientações no âmago da sociedade civil.

Louis Althusser contribui para a discussão sobre hegemonia ao introduzir a religião na centralidade dos debates sobre subjetivação e a interpelação dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs) como articuladores de reprodução das relações de produção capitalistas. Entre eles, Althusser

destaca o “AIE religioso (O sistema das diferentes Igrejas), [...] o AIE político (o sistema político de que fazem parte os diferentes partidos), [...] o AIE da informação (imprensa, rádio- -televisão, etc.)” (Althusser, 1980, p. 44).

Ao contrário do poder representado pela ideia de imperialismo formal, muitas vezes representados pelo poder bélico, Frantjesco Ballerini discorre sobre o conceito de *soft power* aplicado pelos Estados Unidos em face dos países latino-americanos, segundo o qual a influência passa a ser exercida por meio da exportação de valores, práticas políticas e econômicas e meios de comunicação que resultarão na conformação dos sujeitos (Ballerini, 2017, p. 17).

Considerando a hegemonia financeira dos Estados Unidos, que ainda exerce controle prioritário sobre a moeda mundial (Harvey, 2017), torna-se impossível desatrelar o papel que exerce sobre os demais mecanismos adotados para controle ideológico e político no sistema internacional, que impactam em como se pensa, age e teoriza mundialmente.

São, portanto, os aparatos estatais, bem como as organizações sociais – como as igrejas, *think tanks*, redes sociais, sistema educacional, mídia -, alinhados sob a égide do capitalismo, que estabelecerão o consenso e a conformação de sujeitos passivos e subservientes ao modo de produção capitalista.

Se, portanto, as forças sociais (Cox, 1981) representam as relações originadas no modo de produção capitalista, a extrema direita, por exemplo, representa uma expressão política de determinadas forças sociais remodeladas atualmente, dirigente de uma ideologia particularmente relevante. Considerando o Brasil como produto da especulação capitalista de países centrais, sobretudo dos Estados Unidos, o alinhamento ideológico e político é indispensável para reafirmar a dominação estadunidense em tempos de crise.

A crise capitalista e a extrema direita hoje

O marco inicial da crise capitalista na contemporaneidade é atribuído pelos autores Cas Mudde e David Harvey à crise mundial iniciada no ano de 2008, ao considerá-la como resultado próprio da estrutura do modo de produção e regulação. Para Harvey (2017, p. 13), “o motor eco-

nômico do capitalismo está nitidamente passando por dificuldades” e a crise do capitalismo se dá, entre outros motivos, pelas contradições permeadas pelo próprio sistema.

O crescimento da extrema direita² no século XXI estabelece conexões com fenômenos globais. Em que pese a extrema direita não ser orientada por uma identidade uníssona, pois as configurações variam de acordo com o contexto cultural e social de cada sociedade, o escopo principiológico converge naquilo que é indispensável para sua base conservadora, com destaque para o fundamentalismo religioso, populismo, neoconservadorismo³, moralismo e neoliberalismo.

Ignazi (2003), no entanto, propõe interpretar o movimento de maneira distinta. Mais do que um conjunto fixo de características, os movimentos de extrema direita ao redor do mundo podem ser compreendidos a partir de uma gramática comum da negação, fundada em oposições compartilhadas genericamente, como nos posicionamentos anti-igualitários, anticomunistas, anti-iluministas, antimaterialistas, antifeministas, antidemocráticos e antiparlamentares.

Tomando como referência Cox (1981), a extrema direita contemporânea pode ser lida como uma força social internacional cuja configuração específica varia conforme as condições históricas locais. Em determinados países, como os Estados Unidos e Brasil, a convergência de sintomas da extrema direita opera, para além do movimento econômico de fundo neoliberal, na reprodução do discurso fundamentalista religioso e conservador, apoiado na oposição ao sistema de cotas e programas sociais, repressão de gênero, patriarcalismo, negacionismo e políticas discriminatórias (Brown, 2019; Harvey, 2017; Lacerda, 2019).

2 Adota-se neste ensaio o termo extrema direita no sentido proposto por Mudde (2022). Entretanto, o ensaio foca na direita populista radical, que em tese apoia a democracia, mas contrapõe-se às instituições democráticas, e na qual se inserem, a princípio, Trump e Bolsonaro, diferentemente da ultraradical, que rejeita essencialmente a concepção de governo democrático.

3 O neoconservadorismo é uma categoria analítica voltada à compreensão de atores religiosos inseridos em um movimento conservador mais amplo, originada nos Estados Unidos na segunda metade do século XX, em reação aos movimentos de contracultura. O termo permite avaliar as alianças entre religião, neoliberalismo e individualismo liberal — os arranjos entre conservadores e neoliberais que identificam na família, casamento e filhos o cerne da crise (Biroli et al., 2020).

Wendy Brown considera que a segunda década do século XXI sofreu uma onda avassaladora de movimentos associados à extrema direita no cenário internacional, ao correlacionar que seu avanço se dá justamente pelo ressentimento provocado pelo neoliberalismo que, paradoxalmente, acaba sendo difundido como solução para os problemas ora ocasionados por seu próprio sistema (Oliveira et al., 2022).

Mudde associa o fenômeno da crescente extrema direita a um duplo caráter de aflição econômica somada a uma reação culturalista: o voto como uma “resposta ao *stress* econômico provocado pela globalização neoliberal” (2022, p. 114), e a culpabilização de terceiros por suas frustrações, como exemplo, os imigrantes, avaliados pela classe média como responsáveis pela degradação econômica e aumento da criminalidade.

Nos Estados Unidos, Brown “percebeu um padrão social específico, se tratando de uma população branca, sem ensino superior, cristã e de classe média, imbuída por descontentamento e raiva, que levou Donald Trump à presidência dos EUA em 2016”, enquanto as reivindicações sociais ocorridas em 2013 no Brasil⁴ “reaqueceram um ressentimento de certa parte da população brasileira, retroalimentando ideias extremistas” (Oliveira et al., 2022, p. 14).

Tomado o ressentimento moral, político e econômico como consequência do desmonte neoliberal e a crise que dele se origina, o movimento neoconservador canaliza o projeto público da direita política, ao “preservar a ordem social em um contexto específico de ameaça”, derivadas, em tese, “das políticas de bem-estar social, que reduziam a desigualdade, e também dos movimentos LGBT e feminista, cujas pautas passam a ser recebidas pelo poder público” (Lacerda, 2019, pp. 16, 26-27).

Em tempos de conjuntura política e econômica degradante, surgem os líderes espetaculares (Saad Filho, 2023), em um ambiente prestigiado

4 Em 2013, o primeiro governo de Dilma Rousseff (2011–2014) foi marcado por uma onda de protestos e movimentos sociais que pediam o fim da era petista na presidência. Unidos pelo mantra “O gigante acordou”, diversos cidadãos foram às ruas protestar contra as decisões do governo. O estopim, contudo, foi o aumento da tarifa da passagem de ônibus em R\$ 0,20. Para Lacerda, esse evento traduz o início da reação conservadora brasileira: desde meados de 2013 a racionalidade política brasileira foi comentada pelo neoconservadorismo, ou nova direita, que reúne elementos da “família tradicional, do anticomunismo e do militarismo; e de valores de mercado, nesse aspecto com várias nuances” (Lacerda, 2019, p. 18).

pelo fetichismo político durante um quadro polarizado. A insatisfação das classes populares se tornou algoz do que viria a se forjar um movimento da extrema direita para resgatar os sentimentos de liberdades individuais e irrestritas, livre mercado e moralismo, por meio de figuras que se apresentam como capazes de reorganizar o mundo (Brown, 2019). Em dados, a pesquisa da Fundação Friedrich Ebert (2025) revela que 66% dos jovens defendem a democracia como forma de governo, mas 58% consideram que um líder forte pode resolver melhor os problemas do país.

Embora o conceito de populismo seja polissêmico, Lynch e Cassimiro descrevem precisamente a significância do populismo, que subsidia o atributo *popular* à direita radical no escopo desse ensaio, traduzido em um “estilo de fazer política típico de ambientes democráticos ou de massa, praticado por uma liderança carismática, que reivindica a representação de uma maioria contra o restante da sociedade”, mobilizados por discursos afetivos em que esses líderes se colocam como salvadores (Lynch e Cassimiro, 2022, p. 13).

Dentre as características do populismo, Lynch e Cassimiro elencam três principais: “o apelo ‘ao povo’ contra ‘a elite’, ‘o politicamente incorreto’ e a percepção de que existiria no mundo uma crise, um risco de ruptura ou uma ameaça iminente” (Lynch e Cassimiro, 2022, p. 13). Os autores afirmam que o populismo pode ser apropriado tanto pela direita como pela esquerda, distinguindo-se, em síntese, pela definição do “povo” e de seu antagonista.

A estruturação do populismo de direita reside na preservação da ordem, da autoridade e dos valores morais tradicionais. O “povo” representa as famílias, empresários e cidadãos “de bem”, supostamente ameaçados por uma minoria subversiva, como elites políticas, intelectuais, minorias identitárias, que atentariam contra a propriedade privada, os costumes e a estabilidade social (Lynch e Cassimiro, 2022).

Diante do desgaste da direita tradicional e também como resposta à nova esquerda, a direita populista radical, que rejeita à democracia embora teoricamente aceite as eleições, ganha escopo na medida em que se apresenta como alternativa antissistema face à crise de representação dos partidos tradicionais. É o próprio líder, então, que mobiliza senti-

mentos e constrói retóricas de inimigos internos e externos, calcada na “ideia reacionária de “restauração da ordem” que “organiza o mundo entre bons nacionalistas conservadores (o “povo”) e maus cosmopolitas e progressistas (o “antipovo”)” (Lynch e Cassimiro, 2022, p. 19).

Com a crise, Trump e Bolsonaro apresentaram características religiosas e moralistas, além de uma tática discursiva idealizadora de um imaginário coletivo, consagrando-se como heróis em um contexto cada vez mais dicotômico. Em função da intensificação dos problemas sociais relacionados a saúde, moradia, educação, desemprego e violência urbana, “as respostas baseadas em autoridade, na família e em princípios religiosos dá conforto”, enquanto “as ideias de pulso forte e de hierarquia” se apresentam como solução (Lacerda, 2019, p. 197).

Enquanto Trump surgiu como herói para o ressentimento da sociedade americana, no Brasil ascendia a figura de Bolsonaro endossado pelo mesmo discurso conservador, importando as pautas que já haviam conquistado o eleitorado estadunidense. Em ambos os casos, o neoconservadorismo se consolidou por meio da direita cristã, que sobrepõe a figura da família ao Estado e a coloca como responsável pelas desordens sociais - o conservadorismo restrito às pautas econômicas dá lugar ao neoconservadorismo, quando as agendas de justiça social passam a ameaçar o tradicionalismo moral (Lacerda, 2019).

Dado o caráter carismático e polêmico de Bolsonaro e Trump, estes “foram entrevistados inúmeras vezes, mesmo em momentos de suas carreiras nos quais ainda eram irrelevantes em termos eleitorais, pois os veículos de mídia sabiam que essas figuras trariam alguma espécie de espetáculo” (Mudde, 2022, p. 122). Não à toa, a campanha presidencial de Bolsonaro, em 2018, foi apoiada por um dos mais relevantes jornais de direita estadunidense, o Wall Street Journal (Mudde, 2022).

Por consequência, esse processo levou à naturalização e à simpatia das ideias de extrema direita, posteriormente convertido em números de eleitores e à vitória destes líderes espetaculares (Saad Filho, 2023).

Mesmo que Trump tenha apelado de maneira menos explícita aos preceitos religiosos como aparato de campanha em relação a Jair Bolsonaro, nem por isso deve-se desconsiderar o fato de que o presidente

estadunidense se consagrou eleito a partir de um conjunto de narrativas e características de alinhamento conservador e moral tensionado ao cristianismo, como a agenda reacionária e conservadora, associada aos discursos xenofóbicos, conspiracionistas, racistas, armamentistas, autoritários, antidemocráticos, nacionalistas e fundamentalistas (Brown, 2019; Lacerda, 2019; Mudde, 2022).

Os discursos inflamados adotados por Trump e Bolsonaro os consolidaram como lideranças políticas heroicas cristãs, reacionárias, destemidas, audaciosas e valentes, reproduzindo o estereótipo de masculinidade viril (hipermasculinidade da narrativa da extrema direita), que “no contexto da segurança internacional são em geral associadas à força, à dureza e à heterossexualidade agressiva” (Jesus, 2014, p. 310).

Dado o interesse dos Estados Unidos na manutenção do sistema capitalista, a extrema direita desempenha papel fundamental em tempos de crise ao reforçar as desigualdades que a alimentam. Opõe-se à justiça social, aos direitos das comunidades LGBTQIA+ e sexuais, defende o desmonte de políticas assistenciais, sustenta políticas de austeridade e reforça o discurso meritocrático e os papéis de gênero tradicionais - engrenagens que legitimam e possibilitam as estruturas de dominação do capitalismo.

O reflexo disso na sociedade é o desejo por políticos e decisões políticas de “pulso forte” (Lacerda, 2019), como denota o levantamento mais recente do Ipsos-Ipec (2025), o qual aponta que o país mantém perfil predominantemente conservador, com 72% favoráveis à prisão perpétua para crimes hediondos, 65% à redução da maioria penal e oposição majoritária ao aborto (75%) e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo (47% contra, ante apoio que caiu de 44% em 2021-2023 para 36% em 2025) (Ipsos-Ipec, 2025).

A pesquisa também revela que o conservadorismo aumentou entre homens, ricos, com ensino superior e moradores de capitais: entre homens, subiu de 0,681 para 0,688; com renda acima de 5 salários mínimos, subiu de 0,645 para 0,665; com ensino superior, subiu de 0,626 para 0,629; entre moradores das capitais, subiu de 0,627 para 0,637 (Ipsos-Ipec, 2025).

À luz dessas formulações, observa-se que a crise do capitalismo constituiu condição estruturante para a emergência da extrema direita, cujo

projeto político visa manter as engrenagens do capitalismo ao mesmo tempo em que apela ao tradicionalismo, conservadorismo, preconceitos, valores patriarcais, moralismo, religiosidade, discurso anticomunista, punitivismo, retórica nacionalista e negacionismo identitário.

Mediações ideológicas e culturais da extrema direita

Como visto, a posição do Brasil na economia global molda também sua posição dentro das relações que dela se originam. Elementos da extrema direita estadunidense são incorporados pela sociedade política e civil brasileira, por meio de diferentes cooptações que operam de forma complementar, destacando-se a atuação de lideranças políticas - como já discutido -, a difusão da agenda moral e a circulação de conteúdos no ambiente digital.

Embora heterogêneos, esses fenômenos integram um mesmo projeto político-ideológico da extrema direita no contexto da crise do capitalismo. O escopo investigativo limita-se à identificação de convergências discursivas, estéticas e morais dos repertórios ideológicos associados à direita.

Com a ampliação do acesso à internet nas últimas duas décadas, as barreiras linguísticas têm se tornado cada vez menos significativas. A internet tem facilitado a interação entre diferentes países e culturas, por meio de vídeos, conteúdos escritos e memes. As redes sociais constituem, inclusive, o principal espaço de informação política, sendo utilizadas por 57% dos jovens como fonte prioritária (Fundação Friedrich Ebert, 2025).

As redes sociais não são apenas fonte relevante de informação, mas são também aliadas da direita populista radical (Mudde, 2022): propulsionam o discurso capitalista, dão vazão às subculturas, organizam movimentos e fortalecem a união entre aliados de um mesmo espectro político. Para Harvey, seu controle constitui “um aspecto vital para a reprodução de poder da classe capitalista, e as novas tecnologias midiáticas (em especial, as redes sociais) são uma grande oportunidade, e também uma armadilha, para a dinâmica de classes” (2017, p. 100).

Segundo Byung-Chul Han (2022), vivemos hoje um regime de informação nas redes em que o algoritmo molda coletivamente os sujeitos e os conduz a uma despolitização por um processo que gera a percepção

de liberdade, enquanto aqueles são, em verdade, vigiados a todo tempo. Essa percepção equivocada de liberdade, afirma Han, é justamente o que assegura a efetividade da dominação.

No campo religioso, observa-se que as orientações valorativas produzidas ao longo de dois milênios pela Igreja Católica enquanto proeminente instituição do Estado ocasionou a internalização da ética e moral cristã tão profundamente a ponto de conformar o sujeito a ela submetido, que passa a incorporá-las de modo quase instintivo em todas as dimensões da vida em sociedade (Souza, 2020).

A intersecção religiosa entre os Estados Unidos e Brasil se fortaleceu a partir dos anos 1950, quando missionários e religiosos estrangeiros vieram em massa para a América Latina em ações coordenadas por órgãos públicos, com financiamento de agências norte-americanas e apoio, principalmente, dos Republicanos. O intuito não era difundir apenas a palavra de deus, mas confrontar a tônica anticomunista e fortalecer o discurso pró-capitalista (Sá Netto, 2024). Há, portanto, uma questão propriamente embrionária dessa intersecção religiosa estadunidense pró-capitalista que veio ao Brasil com intenções claras e bem definidas.

O compromisso norte-americano na exportação de ideologias traduz, em partes, o conceito de um novo tipo de imperialismo concebido por Rodrigo de Sá Netto (2024), apoiado no pensamento da historiadora Virgínia Fontes, em que se assume a vertente religiosa, bem como a partidarização da fé, como poderosa ferramenta de conversão política no capitalismo nessa fase de novos arranjos políticos e econômicos.

A atuação de instituições religiosas passa a incorporar estratégias comunicacionais próprias do ambiente digital. Essas instituições, sobretudo de origem neopentecostal a partir do século XX, são irrefutavelmente fontes inesgotáveis de reprodução do capitalismo em sua estrutura - porque passaram a movimentar a economia - e superestrutura, ao fornecer disposições subjetivas favoráveis à racionalidade capitalista que se alastraram às demais vertentes religiosas. Representam, nesse sentido, Aparelhos Ideológicos de Estado (Althusser, 1980) na sua dimensão religiosa e informacional.

Segundo pesquisa do Instituto de Estudos da Religião (ISER, 2024), com base nos dados do Censo, aproximadamente um em cada quatro brasi-

leiros se declara evangélicos, consolidando um crescimento que se intensificou nas últimas quatro décadas, ainda que em ritmo menor desde 2010 (ISER, 2024). Esse contingente expressivo representa uma fração de eleitores que assume importante instrumento de conversão de votos.

Embora Bolsonaro fosse assumidamente católico no início da fama (posteriormente, converteu-se ao evangelicalismo), o apoio dos evangélicos neopentecostais foi fundamental para garantir a eleição, “uma vez que, de acordo com a pesquisa realizada pelo Datafolha (2018) (G1 2020), Bolsonaro teria cerca de mais de 11 milhões de votos do que seu principal adversário, Fernando Haddad, entre os evangélicos” (Nobre et al., 2023).

Uma evolução importante do neopentecostalismo a partir do final do século XX é a preocupação com a vida terrena, em ruptura com a fase voltada exclusivamente à salvação pós-vida. No lugar da renúncia material, a Teologia da Prosperidade endossa o discurso capitalista por meio de interpretações bíblicas que enaltecem o sucesso material e o dinheiro como recompensa divina, enquanto a práxis humana se consagra sob perspectiva religiosa (Teologia do Domínio) (Nobre et al., 2023).

Observa-se, assim, um deslocamento relevante nas formas contemporâneas dessa religiosidade. Se o pentecostalismo clássico e o neopentecostalismo se expandiram prioritariamente entre camadas populares, surgem atualmente instituições e influenciadores religiosos - Reino Church, Igreja United, Paz Church, Igreja We are Reino, Lagoinha e Hillsong - voltados às classes médias e altas, bem como aos setores economicamente privilegiados, como se observa em contas digitais como @letoliveiraoficial (Letoliveira, 2024) e @maricoalho2 (Maricoalho, 2025).

Além do movimento neoconservador explícito, que busca aproximação das instituições religiosas por meio das redes sociais, nota-se outras formas de conteúdo atreladas à extrema direita que operam na difusão de valores morais (como família heteronormativa, tradição, autoridade e guerra do “nós” contra “eles”) para além do campo explicitamente religioso.

As questões relativas à sexualidade e família tradicional são internalizadas pelo neoconservadorismo contemporâneo. A direita se apropria dos conceitos de família, casamento e tradição como propriedades ideológicas e as reivindica quando identificam sinais de subversão das ideações imu-

táveis que criaram para esses institutos. Essas articulações reforçaram o engajamento político dos cristãos, mas principalmente evangélicos, que permanece latente, tanto no Brasil como nos Estados Unidos, e se reverbera inclusive no ciberespaço (Lacerda, 2019).

Além da religião no contexto digital (primeiro vetor), como segundo vetor de cooptação observado neste ensaio, identifica-se o movimento “*tradwife*”, traduzido do inglês para “esposa tradicional”, em produções de conteúdo digital no qual mulheres compartilham conteúdos romantizando um estilo de vida de recondução ao papel de submissão tradicionalista da perspectiva religiosa. As mulheres exaltam suas funções enquanto “donas de casa”, associadas a uma estética que remetem a um período marcado pela repressão do gênero feminino enquanto ser político inativo (Pereira e Abrão, 2024).

Os vídeos produzidos pelas *tradwives*, como aqueles publicados por @ballerinafarm, @naraazizasmith e @esteecewilliams, na maioria das vezes, não adotam um discurso verbalizado político; operam nas nuances, no imagético, no reforço de imagem, projetando-se comportamentos ideários lastreados no trabalho doméstico assalariado que frequentemente é associado como uma prerrogativa feminina quase biológica (Ballerina Farm, 2023; Federici, 2025; Smith, 2024; Williams, 2022).

O controle do corpo feminino esteve sempre atrelado aos interesses da ordem dirigente econômica, e, em governos reacionários, cresce a resistência aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, como por exemplo desincentivando o uso de métodos contraceptivos e o direito ao aborto (Federici, 2025). Esse cenário é endossado por uma sociedade em que 75% da população brasileira é contrária à legalização do aborto (Ipsos-Ipec, 2025).

Dentre as quatro categorias identificadas por Mudde (2022) como as principais da extrema direita, no tema afeito à segurança pública se insere a necessidade de as “escolas voltarem a ensinar disciplina, respeito e valores tradicionais aos jovens, em especial a importância da família heterossexual” (2022, p. 49). Essa mentalidade reflete nos dados da pesquisa do Ipsos-Ipec Brasil mencionada anteriormente, em que o apoio ao casamento entre pessoas do mesmo sexo caiu de 44% para 36%, e a oposição subiu para 47% - aspecto de maior relevância observado pela pesquisa (Ipsos-Ipec, 2025).

Se para o papel político são aspiradas características de hiper masculinização, vide Donald Trump e Jair Bolsonaro, para as mulheres, as agendas aspiram o ideal de feminilidade, domesticidade e disciplina subserviente. Esses elementos reforçam a expectativa social do papel de gênero da mulher e, por extensão, do homem, que não se vê livre das amarras do gênero que o obrigam a assumir a posição de provedor, protetor, chefe da família etc.

Diferentemente de manifestações políticas da extrema direita coordenadas pela violência e coação física, os vídeos que enaltecem as igrejas modernizadas e aqueles produzidos pelo movimento das *tradwives* não têm caráter agressivo. Ao contrário, naturalizam relações de poder, com mecanismos sutis que reiteram o neoconservadorismo.

Todo esse cenário forjado pela crise do capitalismo, frustrações coletivas e ascensão do tradicionalismo também é causa e consequência (por exemplo, da misandria e ódio às minorias) da *alt-right*, a subcultura mais importante da extrema direita, segundo Mudde (2022), cujo movimento foi idealizado pelo norte-americano Richard Spencer, em 2008, e que representa, neste ensaio, o último vetor identificado.

A subcultura, na definição de Mudde (2022, p. 72), é composta por “grupos, dentro de uma cultura nacional mais ampla, que partilham uma identidade, valores, práticas e objetos culturais”. Valendo-se da definição do Southern Poverty Law Center (SPLC), a *alt-right* especificamente é “um conjunto de ideologias, grupos e indivíduos da extrema direita, cuja principal crença reside na ideia de que a identidade branca está sendo atacada pelas forças multiculturais, as quais se utilizam do politicamente correto e da justiça social para enfraquecer os brancos e a sua civilização” (Mudde, 2022, p. 74).

Duas características parecem particularmente importantes sobre esse movimento: a sua intersecção com a própria internet (cuja característica difere a *alt-right* de outras subculturas da extrema direita, segundo Mudde) e o pensamento conspiratório como força motriz (Lima, 2022; Lynch e Cassimiro, 2022; Mudde, 2022).

As teorias conspiratórias são diversas e, em alguns casos, compartilham de forma transacional: “a terra pode ser plana, o nazismo pode ser de esquerda, o liberalismo pode ser compatível com a ditadura, a democra-

cia pode ser autoritária”, além da ideia de que existe uma elite perversa composta por políticos e celebridades que bebem sangue de crianças para rejuvenescer (QAnon) e que democratas operam um esquema secreto de exploração sexual infantil localizadas em pizzarias norte-americanas (Lynch e Cassimiro, 2022, p. 97).

Além disso, a *alt-right* canalizou os ressentimentos de um conjunto de homens que atribuía o descontentamento com a vida civil a uma suposta perda do direito masculinistas, graças a uma sociedade progressista. Este subgrupo identitário articula nacionalismo branco, antifeminismo, anti-imigração e teorias conspiratórias contra o que chama de “elite globalista”, organizado majoritariamente em comunidades digitais, como fóruns e plataformas de jogos (Lima, 2022).

Em sua maioria brancos, cisgêneros e heteronormativos, esses homens são afetados pela ideia de que a masculinidade está ameaçada e de que é preciso lutar contra os direitos de mulheres, negros, imigrantes e LGBTQIA+ — embora parte expressiva das frustrações decorra da própria dinâmica capitalista. Buscam na internet conselhos sobre atividade física, namoro e paternidade e acabam capturados pela “machosfera”, que identifica o feminismo como inimigo. Daí a aderência às lideranças de “pulso firme” (Lacerda, 2019; Lima, 2022; Saad Filho, 2023).

No Brasil, Fernandes Câmara e Corrêa Guimarães (2025) demonstram como o bolsonarismo se infiltrou na comunidade gamer e a conquistou como aliada à sua candidatura. Esses homens, jovens e frustrados, com participação ativa em canais on-line associados à direita alternativa, nutrem sentimentos avessos às mulheres. A tática central é o distanciamento do tom político explícito: para viabilizar a circulação das pautas reacionárias, a narrativa precisa ser jocosa, sarcástica e sem compromisso com a realidade – mas assume, sempre, um caráter político reacionário, ainda que não abertamente.

Em conjunto, as três frentes analisadas — a religiosidade neopentecostal modernizada, a performatividade das *tradwives* e a subcultura *alt-right* — operam de modo complementar, ainda que com estéticas distintas: convergem na naturalização de hierarquias de gênero, na restauração de uma

ordem moral idealizada e na construção digital de inimigos comuns nas articulações da extrema direita brasileira associada à cultura estadunidense.

Conclusão

Dentro da perspectiva das relações de dependência estabelecidas entre países periféricos e centrais, o Brasil assume a condição de subimperialista, pois ocupa, concomitantemente, uma posição hierárquica privilegiada diante de outros países do Sul Global (Luce, 2018). Esse panorama é importante porque contribui para compreender de que modo as relações se originam dentro desse contexto do capitalismo dependente, em que Brasil e Estados Unidos assumem posições antagônicas, mas complementares.

A formação da extrema direita brasileira hoje guarda relação com as interferências da ideologia político-econômica a partir da crise mundial de 2008, dado que o ressentimento de classes viabilizou a aparição de “líderes espetaculares” (Saad Filho, 2023), como Trump e Bolsonaro, que fomentaram o avanço da extrema direita, na medida em que se pretendia resgatar o *status quo* de uma sociedade que havia retrocedido economicamente.

A religiosidade se revela um dos principais fatores de convergência entre a direita estadunidense e brasileira. Os movimentos neopentecostais originados nos Estados Unidos, no século XX, foram posteriormente incorporados no Brasil e refletidos em diferentes doutrinas religiosas, especialmente nas Teologias do Domínio e da Prosperidade, que se demonstram como artifício de mobilização das massas para a manutenção do sistema capitalista.

Com diferentes estratégias, as novas agendas da direita apostam em diferentes linhas de cooptação, ambas exercidas pelos canais digitais de comunicação: a modernização da religião e, de outro lado, o culto à tradição em resgate às estéticas antigas, que no fundo se propõem a mesma motivação política. As subculturas se revelam outro movimento importante para articulação de projetos políticos, como a *alt-right*, que embora tenha sido originada nos Estados Unidos, possui ampla aderência no cenário brasileiro digital.

A ascensão da extrema direita brasileira não pode ser compreendida como um fenômeno isolado ou exclusivamente doméstico. Trata-se de um

processo transnacional da extrema direita, diante das dinâmicas globais capitalistas e globalização de discursos, estratégias políticas e culturais em que os Estados Unidos permanecem na centralidade. A extrema direita preserva o capitalismo porque combate as políticas sociais e contribui para o acirramento das desigualdades das quais ele se alimenta.

Referências

- Althusser, L. (1980). *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado: notas para uma investigação*. Editorial Presença.
- Ballerina Farm [@ballerinafarm]. (4 de fevereiro de 2023). [Vídeo no TikTok]. <https://vt.tiktok.com/ZSmC452Em/>
- Ballerini, F. (2017). *Poder suave (soft power)*. Summus Editorial.
- Beyme, K. Von. (1988). Right-wing extremism in Western Europe. *West European Politics*, 11(2), 1-18.
- Biroli, F., Machado, M. das D. C., e Vaggione, J. M. (2020). *Gênero, neconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. Boitempo.
- Brown, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. Politeia.
- Cox, R. W. (1981). Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. *Millennium: Journal of International Studies*, 10(2), 126-155.
- Federici, S. (2025). *Caça às bruxas e capital: mulheres, acumulação, reprodução*. Elefante.
- Fernandes Câmara, H., e Correa Guimarães, M. (2025). Radicalização em comunidades gamer no Brasil: como o bolsonarismo conseguiu se infiltrar no universo gamer. *Revista Cronos*, 26(2), 173-200. <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/download/39272/21522/153369>
- Fontes, V. (2010). *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. EPSJV/UFRJ.
- Fundação Friedrich Ebert. (2025). *Juventudes: um desafio pendente: uma análise sobre democracia, participação e posicionamento político das juventudes no Brasil*. <https://brasil.fes.de/detalhe/juventudes-um-desafio-pendente.html>
- Gramsci, A. (1971). *Selections from the prison notebooks* (Q. Hoare e G. Nowell-Smith, Eds. e Trad.). International Publishers.
- Han, B.-C. (2022). *Infocracia: digitalização e a crise da democracia*. Vozes.
- Harvey, D. (2017). *17 contradições e o fim do capitalismo*. Boitempo.

- Ignazi, P. (2003). *Extreme right parties in Western Europe*. Oxford University Press.
- Instituto de Estudos da Religião. (2024). *Um Brasil mais plural: um primeiro olhar sobre os dados de religião do Censo 2022*. <https://iser.org.br/noticia/um-brasil-mais-plural-um-primeiro-olhar-sobre-os-dados-de-religiao-do-censo-2022/>
- Ipsos-Ipec. (2025). *Índice de Conservadorismo Brasileiro 2025*. <https://www.ipsos.com/pt-br/indice-de-conservadorismo-brasileiro-2025>
- Jesus, D. S. V. de. (2014). Mundo macho: homens, masculinidades e relações internacionais. *Revista de Estudos Políticos*, 109, 309-364. <https://doi.org/10.9732/P.0034-7191.2014v109p309>
- Lacerda, M. B. (2019). *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Zouk.
- Letoliveira [@letoliveiraoficial]. (26 de fevereiro de 2024). [Vídeo no TikTok]. <https://vt.tiktok.com/ZSmC4Mf2E>
- Lima, J. V. M. U. (2022). Tradição e conspiração: a Alt-Right e o pensamento conspiratório em defesa da nação nos Estados Unidos. *Revista Conjuntura Global*, 11(1), 129-145. <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/download/83642/46536/347668>
- Luce, M. S. (2018). O subimperialismo, etapa superior do capitalismo. *Tensões Mundiais*, 10(18-19), 43-65. <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/471>
- Lynch, C., e Cassimiro, P. H. (2022). *O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo*. Contracorrente.
- Maricoalho [@maricoalho2]. (4 de março de 2025). [Vídeo no TikTok]. <https://vt.tiktok.com/ZSmC4U1cM/>
- Marini, R. M. (2000). Dialética da dependência. Em E. Sader (Org.), *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini* (pp. 105-165). Vozes; CLACSO.
- Mudde, C. (2022). *A extrema direita hoje*. Editora UERJ.
- Nobre, F., Pini, A. M., e Menezes, M. E. (2023). O neopentecostalismo no Brasil e a convergência com a ultradireita no populismo reacionário de Jair Bolsonaro. *Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais*, 11(21), 1-16.

- Oliveira, O. H. A. C. A., Araújo, M. d. V., e Belfi, L. G. P. M. (2022). Anatomia de uma crise: globalização, neoliberalismo e extrema-direita no Brasil. *Cadernos Cemarx*, 16, e022011. <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/17393>
- Pereira, G. A., e Abrão, J. A. M. (28-30 de novembro de 2024). *Trad wife: performatividade e controle do corpo no TikTok*. IV Encontro Virtual da ABCiber, evento online, Brasil. <https://abciber.org.br/simposios/index.php/virtualabciber/virtual2024/paper/view/2484>
- Saad Filho, A. (2023). *A era das crises: neoliberalismo, o colapso da democracia e a pandemia*. Contracorrente.
- Sá Netto, R. (2024). *O partido da fé capitalista: imperialismo religioso e dominação de classe no Brasil*. Da Vinci Livros.
- Smith, N. A. [@naraazizasmith]. (25 de dezembro de 2024). *[Vídeo no TikTok]*. <https://vt.tiktok.com/ZSmCVTNQW/>
- Souza, J. (2020). *A guerra contra o Brasil*. Estação Brasil.
- Trovo, C. B., e Cardoso, J. A. (2023). Flexibilização das leis trabalhistas com o advento do neoliberalismo. *Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania*, (11), 1184-1196.
- Williams, E. C. [@esteecwilliams]. (8 de setembro de 2022). *[Vídeo no TikTok]*. <https://www.tiktok.com/@esteecwilliams/video/7141111247033912622>